

# ***PELOS FILTROS DE CIRCE: VIOLÊNCIA, INSEGURANÇA E CONTROLE SOCIAL NA MÍDIA IMPRESSA***

***Ceci Vilar Noronha\****  
***Eduardo Paes Machado\*\****

## **Resumen**

*O trabalho enfoca narrativas sobre a criminalidade publicados na editoria de polícia da mídia impressa de Salvador, Brasil. Estabelece comparações entre o noticiário do crime e as estatísticas criminais, discutindo o crescimento da violência na cidade. Destaca as modalidades de crimes prevalentes na área metropolitana de Salvador, distinguindo os delitos praticados por delinquentes pobres dos cometidos pelos agentes do crime organizado. Combase numa amostra estatística das matérias veiculadas no ano de 1996, trabalhadas com a ajuda do programa Nud\*st, o estudo aponta que o foco do noticiário recai sobre a criminalidade de rua, a que mais vitimiza e, portanto, suscita condenação por parte da sociedade. O trabalho analisa a lógica de elaboração das páginas de polícia, mostrando que o imperativo comercial da imprensa, de impactar a opi-*

*nião pública para lograr contratos com anunciantes, é permeado pela negociação entre jornalistas e chefes de polícia. Devido a relações vantajosas para ambas as partes, os repórteres se convertem em porta-vozes da polícia, deixando-se "possuir" pelo ethos da corporação policial, reproduzindo o jargão, popularizando as técnicas e, frequentemente, justificando a brutalidade policial. Usando e abusando de fotografias de suspeitos e culpados, disposta a revelar, tal como a própria polícia, os nomes e endereços dos denunciantes, arrogante na identificação dos bairros populares como santuários do crime e cruel na propagação de rótulos para aqueles que caíram nas malhas do sistema penal, a editoria policial é parte do problema da criminalidade urbana. Conclui-se que a mídia impressa opera, ainda que possa*

Recibido: 21-03-02 • Aceptado: 08-10-02

\* Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. Salvador. Brasil.

\*\* Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador. Brasil.  
E-mail: epm@ufba.br

*divergir da polícia, como urna instância de controle social que ao tempo que legitima o combate à criminalidade de rua, amplia a vitimização indireta, intensifica o medo e dramatiza a impotência social para controlar a violência urbana.*

**Palabras clave:** *Control social, violencia, inseguridad, medios impresos.*

## The Locks of Circe: Violence, Insecurity and Social Control Through the Press

### Abstract

*This paper focuses on narratives about criminality published in police editorials in the printed press in Salvador, Brazil. It establishes comparisons between news about crime and criminal statistics, discussing the growth of urban violence. It indicates the types of crime more prevalent in the metropolitan areas of Salvador, distinguishing between the crimes committed by poor delinquents and those committed by agents of organized crime. It compares great quantities of statistics involved in criminal activity in 1996, collected as part of the Nud\*st program, a study which focused on news about daily crime, data about victims and, the condemnation of crime by society. The paper analyzes the logic behind the police page in the press, indicating the commercial interests of the press, the impact on public opinion in order to cement relations between editors and police chiefs. Due to the advantages for*

*both parties, reporters became spokesmen for the police, creating a posture of ethos for police, reproducing police jargon, popularizing police techniques, and frequently justifying police brutality. By use and abuse of photographs of suspects and guilty offenders, through willingness to reveal names and directions of informers, identifying popular ghettos as crime sanctuaries, and printing photos of those who ran afoul of the penal system, police editors became part of the problem of urban crime. In conclusion, the press operates, when it has no links with the police, as a register of social control which either legitimizes or combats crime, focuses indirectly on victimization, and intensifies or mediates and dramatizes social impotence in the control of urban violence.*

**Key words:** *Social control, violence, insecurity, printed media.*

### Introdução

A análise de fatos violentos divulgados na mídia nos conduz a recuperar uma complexa discussão acadêmica sobre os possíveis efeitos dos meios de comunicação na propagação do medo social dos crimes e dos criminosos. Nesse sentido, uma primeira constatação é que os fatos violentos noticiados passam por

um processo de seleção baseado em regras pouco explícitas. Por conseguinte o que a mídia nos oferece é uma seleção parcial, nunca os “fatos tais como eles são”. Tal significa dizer que os jornais propagam a ocorrência de certos atos violentos e o que se pensa sobre eles (Howitt, 1998).

Na polêmica aberta pelos estudos das relações entre crime e mídia, na tradição anglo-saxã, permanecem algumas questões, tais como: em que medida a opinião pública é moldada pelo conhecimento dos crimes veiculados nos meios de comunicação? Com que intensidade a mídia contribui para a propagação do medo do crime nas sociedades contemporâneas? Os maiores consumidores dos meios de comunicação são os indivíduos mais temerosos da violência urbana? Há um ciclo vicioso que concorre para confinar os indivíduos mais temerosos da violência em casa por mais tempo, tornando-os consumidores mais assíduos da mídia?

Estudiosos dos nexos entre o crime e a mídia têm insistido em defender que os resultados para tais questões não são conclusivos. Muitas vezes, são enfatizadas as dificuldades metodológicas para a aferição de disposições subjetivas em abordagens de cunho quantitativo como são os *surveys* (Howitt, 1998).

Em posição oposta, Ericson e colaboradores (1987) assinalaram que os mídias não constituem tão somente meios de lazer, mas fazem parte dos nossos rituais diários e com ele consumimos um grande número de histórias de crimes. Sendo ainda mais contundentes, esses autores afirmam que o crime constitui o foco principal da mídia, pois o que se propaga nas notícias de rádio, TV e jornais são discursos sobre desordens e situações que evidenciam quebra de valores e problemas sociais. Ademais, os meios de comunicação moldam nosso entendimento não apenas com relação aos eventos mundiais, como também provêem interpretações sobre a própria natureza da sociedade.

A mídia ao noticiar a violência contribui para a inserção deste problema na agenda pública, uma vez que os políticos se orientam pelos assuntos tratados nos meios de comunicação, fechando um ciclo de referências e contra-referências. Assim sendo, os governantes não se permitem desconhecer o que se diz na mídia e suas agendas se fazem em consonância com a visibilidade adquirida por certas questões.

Do mesmo modo em que certos fatos ou debates chegam a ganhar visibilidade, a mídia detêm os recursos para encerrar o assunto, sem que os problemas sociais e políticos estejam propriamente equacionados. Assim procedendo, os meios comunicativos conseguem encerrar debates, porque supõem que sobre

isso já se produziu muitas matérias e o público se encontra cansado. Uma audiência enfastiada está, logicamente, desinteressada daquele assunto, o qual deve ser logo descartado (Champagne, 1998, Thompson, 1998).

Consequentemente, a seqüência, a repetição dos eventos e a linguagem empregada para fabricar o fato violento terminam por impor essa discussão à opinião pública. Mas, os discursos da mídia sobre os crimes e as violências descolam-se dos contextos concretos onde os fatos ocorreram, ocasionando e potencializando o divórcio entre o real e sua representação (Rondelli, 1998). Esse efeito concorre fortemente para aumentar a percepção da presença dos delinquentes como um perigo iminente.

Observamos na imprensa de Salvador que a mídia ao noticiar os crimes o faz com mensagens que comportam muita ambivalência, pois ao tempo em que condenam a violência, operam a sua transformação em mercadoria de consumo e sensacionalismo. Consumimos através da mídia não só histórias sobre crimes como interpretações acerca das falhas dos esquemas de segurança, do aumento exponencial dos riscos de morte e danos ao patrimônio.

Nesse sentido, a atuação dos meios de comunicação potencializa o conhecimento dos fatos delinquentes e trabalha os seus significados mais imediatos ou as modulações assumidas em momentos precisos. A economia da mídia impressa, baseada em uma colaboração estreita entre jornalistas e policiais, dentro de um contexto em que a política de segurança se expressa como guerra contra o crime (*war on crime*), conduz a uma situação em que a própria mídia apoia essa guerra.

## ***Metodologia***

Selecionamos, por procedimentos aleatórios, uma amostra composta de 62 dias da edição de Polícia, do ano de 1996 publicadas pelo jornal A TARDE. Para classificar as matérias veiculadas e facilitar o trabalho de análise usamos o *software* Nud-Ist (1997). Utilizamos a opção do programa de marcar o texto por parágrafos, o que nos permitiu destacar cada um dos casos violentos noticiados e identificá-los por sua data de publicação.

O uso da imprensa como acervo documental, deu-nos a vantagem de contar com informações sobre as vítimas e os agressores, permitindo discriminar tipos de crimes e reconstruir determinados contextos violentos. Por outro lado, longe

de ser uma fonte que compreenda a totalidade dos delitos e violências que ocorreram na Grande Salvador, o jornal nos possibilitou uma visão peculiar, através dos discursos em que o crime se transformou em espetáculo e os protagonistas eram estereotipados.

Ao noticiar os homicídios, os jornalistas tomam a data, expressão de tempo contabilizada do ponto de vista da publicação, como o elo unificador de casos criminosos díspares reunidos em uma só matéria. Também os locais de ocorrência dos crimes funcionam como recurso de agregação, colocando várias situações de violência sob um mesmo título. Esse uso do tempo e lugar como referências unificadoras se fazem mais presentes nas edições de segunda-feira. Isto porque nos fins de semana costuma haver um aumento das mortes e de outros confrontos sangrentos, mas o espaço disponível para as matérias policiais é o mesmo de todos os demais dias de semana.

A matéria típica da segunda-feira, com o resumo dos acontecimentos trágicos do fim de semana, deixa revelar a forma como os conteúdos relativos a homicídios são contemplados. O primeiro enunciado se refere ao número de mortos, depois é que vem a identificação das vítimas e dos agressores, e as circunstâncias em que as mortes ocorreram.

Entretanto, as regras do jornalismo informam os seus profissionais que a página do jornal não deve conter apenas textos. No cotidiano do trabalho são as imagens dos “bandidos” pobres que preenchem a necessidade de ‘aliviar’ a densidade dos fatos, fornecendo ilustrações para as matérias da página de polícia. Até porque eles não têm como se impor diante do poder da imprensa. Os jornalistas reconhecem isso quando afirmam entre si que uma boa matéria policial é aquela que fala sobre tudo e não causa problema para a empresa. Um dos problemas possíveis são os processos movidos pelo uso indevido de imagens.

A exposição dos indivíduos pobres na edição de polícia do jornal pode ocorrer mesmo como suspeitos de envolvimento com alguma modalidade de crime. Nessa condição os nomes das pessoas são publicados, e, por vezes, sua foto. O jornal tende assim a super expor a imagem dos delinquentes pobres e negros, sendo muitos deles fotografados semidespidos. Esse mesmo tratamento é dado para aqueles que se encontram na condição de suspeitos.

A editoria de polícia do jornal funciona na ausculta direta do aparato policial, o que concorre para gerar vínculos entre os repórteres e as autoridades da segurança, bem como proporciona uma linguagem própria partilhada entre eles.

Não só o repórter busca as suas fontes de informações entre os policiais de plantão nas delegacias e nos serviços de emergência, como são contatados por esses para tomar conhecimento, em primeira mão, dos últimos acontecimentos.

Por outro lado, os integrantes da agência de controle social de maior publicação, utilizam o jornal como meio de auto-promoção, sendo freqüente a veiculação de fotos “ensaiadas” como se fosse em estúdio fotográfico. Nessas fotos podemos visualizar muito da construção da eficiência do policiamento para o grande público com imagens peculiares de balas e armas de supostos “bandidos” dispostas na mesa de delegados, escudos da delegacia que efetuou a detenção de delinqüentes em segundo plano, entre outros aspectos pertinentes às atividades dos efetivos policiais.

Parte da população também participa dessa mesma tessitura de fatos, acionando o jornal diretamente para relatar delitos, antes mesmo de se dirigir ao aparato policial muitas denúncias populares chegam primeiro ao jornal. O jornalista pode, então, conectar-se com as agências de controles social. Se na base da elaboração das páginas policiais as informações se entrecruzam em detalhes ou fragmentos, depois de elaboradas as narrativas do crime são devolvidas ao grande público como fatos reais. O repórter-escritor pode colocar o leitor onde ele nunca esteve e lhe fornecer informações detalhadas de fatos que ele não presenciou. Com a sua múltipla presença, o repórter pode ser uma extensão dos sentidos do leitor, buscando aquilo que ele deseja saber e fornecer-lhe um mundo referencial (Serra, 1980).

Na maioria das vezes a autoria da matéria policial é desconhecida e as técnicas utilizadas, para uma comunicação fácil e rápida, só permite um discurso muito fragmentado, em que o jargão é a linguagem. O autor oculto em muitas matérias, no entanto, pode alimentar a opinião do editorial ou corroborar de forma também anônima na construção de discursos mais elaborados que são apresentados aos leitores sob a forma de artigos.

### ***O contexto da Região Metropolitana de Salvador***

No Brasil, Salvador é a terceira capital em termos de população, com uma economia dinâmica e diversificada. Esse crescimento populacional se realizou de modo acelerado nos últimos 40 anos, à base de migrações sucessivas de pessoas, do interior ou de outros estados, para a cidade ou municípios do entorno, conformando uma área metropolitana.

Os habitantes da metrópole e cidades vizinhas são de origem multiétnica, com predominância dos segmentos afro-mestiços, o que vem se gestando desde o início da colonização portuguesa. Em 1991, o censo demográfico confirmou a presença majoritária de pardos (66%) e negros (14%) na população de Salvador, o que permanece inalterado.

Apesar do dinamismo industrial e modernização da economia, principalmente a partir dos anos 50, a renda e as oportunidades de emprego ainda se concentram entre os segmentos brancos da população, formando clivagens de classes. Os segmentos majoritários levam desvantagens em relação à inserção no mercado de trabalho formal, no acesso aos níveis mais avançados da educação, nos níveis de renda familiar etc.

Se por um lado, Salvador não detém os mais altos coeficientes de mortes violentas do país, situando-se em 36,83 óbitos por homicídio a cada 100.000 habitantes, há um peso diferencial dessas ocorrências para os segmentos não-brancos. Segundo estatísticas do Ministério da Saúde, no ano de 1997, os valores maiores foram encontrados nas cidades de Vitória (76,97/100.000), Recife (73,57/100.000) e São Paulo (54,66/100.000) (Brasil, 1997) .

Comparativamente ao estado da Bahia, nos anos 90, a criminalidade aumentou na área metropolitana de Salvador, concentrando mais de 60% dos delitos. Para algumas modalidades de crimes, como o roubo de cargas as dimensões assumidas na metrópole são superiores ao que se registra para o estado.

Com base nas estatísticas policiais, a mudança mais importante que encontramos nos anos 90 foi o incremento de 170% dos crimes contra a pessoa, na Grande Salvador. Os números absolutos passaram de 11.091, em 1990, para 29.943, em 1997, o equivalente em termos percentuais a 14,7% e 23,8%. Além disso, os dados relativos a homicídios dolosos - consumados ou tentados - também assinalam o incremento dos crimes de sangue (SSP/Ba, 1999).

Os crimes contra o patrimônio, no conjunto, decresceram de 50,2% em 90 para 44,7%, em 1997. Entretanto, alguns deles tiveram uma ascensão sem precedentes como os assaltos aos transportes coletivos urbanos e os assaltos contra o sistema bancário-agências, veículos que transportam valores e usuários dos caixas eletrônicos. Também ocorreu um aumento dos roubos de cargas (SSP/Ba, 1999).

Os assaltos aos ônibus cresceram em 624% no período 1990/97 na RMS, de 539 para 3.907 assaltos. Os ataques aos transportes de carga também aumenta-

ram, registrando-se 1.933 roubos dessa natureza entre 90 e 96, ao passo que os assaltos aos bancos passaram de uma participação de 0,2% em 1990 no conjunto dos crimes contra o patrimônio para 1% em 1996. Isso representa um crescimento acentuado para um só tipo de crime (SSP/Ba, 1999).

As contravenções penais (jogos de azar, direção perigosa, disparo com arma de fogo, porte de arma, direção perigosa, vias de fato, embriaguez, vadiagem, perturbação da tranqüilidade etc.) não apresentaram um crescimento percentual expressivo. O mesmo pode ser dito em relação às violações da lei sobre tráfico e uso de tóxicos. Tais modalidades de crimes se conservaram em posições estáveis no período estudado, as primeiras oscilaram entre 9,5%, em 1990, e 13,6% em 1995, ao passo que os crimes relacionados aos entorpecentes ficaram no patamar de 2%. Os crimes contra os costumes também apresentaram pequenas oscilações, mantendo-se sempre em proporções inferiores a 2% (SSP/Ba, 1999).

Contudo, as estatísticas que vimos analisando são objeto de críticas pela conhecida tendência de subnotificação dos incidentes por parte da população. Estudos, realizados no país, apontaram problemas com relação às estatísticas oficiais nos contextos em que as pessoas temem se dirigirem para as delegacias ou consideram perda de tempo o registro de informações, uma vez que não têm a expectativa de reaver os prejuízos materiais sofridos (PNAD, 1988, Noronha et al, 1997). Afora isso, a crise da segurança pública em grandes cidades como Salvador tem levado as autoridades a manipularem esses dados, com vista a demonstrar eficácia no controle da situação.

### ***A criminalidade na mídia impressa***

De todas as formas de violência, os atos perpetrados pelos delinqüentes, designados mais freqüentemente pelo termo “marginais”, são aqueles que alcançam o máximo de publicização e que possibilitam mais elementos para a difusão do medo do crime. Com os pequenos relatos do dia a dia a mídia vai elaborando os estereótipos acerca dos criminosos. Estereótipos que recaem, sobretudo, em tipos masculinos de cor, jovens e pobres.

Em nossa análise ficou evidente que a violência da delinqüência constitui o foco principal desse tipo de comunicação, compreendendo 47% das unidades de textos do nosso arquivo. Isso está em nítido contraste com a violência familiar (3,7%) que ocupa um plano menos visível que as violências do trânsito (4,1%) (Tabela 1).

**Tabela 1**  
**Matérias publicadas nas páginas policiais de acordo com o tema,  
a frequência e proporção de unidades de texto**

<b>Tema</b>	<b>Número de unidades de texto</b>	<b>% sobre o total de unidades de textos</b>
Violência da delinquência	1.674	47%
Violência familiar	132	3,7%
Violência policial	232	6,5%
Violência interpessoal	233	6,5%
Linchamento	42	1,2%
Suicídio	17	0,5%
Justiça	191	5,4%
Policimento	586	16,5%
Violência do trânsito	146	4,1%
Outras violências acidentais	128	3,6%
Desaparecidos	44	1,2%
Matérias contestadas	48	1,3%

Na lógica de montagem da edição de polícia há espaço para noticiar as ações precípuas das polícias que são instituições mais visível no jornal que o sistema judiciário, com 16,5% dos textos publicados. Comparativamente, só 5,4% das matérias se ocuparam em noticiar a justiça, estando incluído nesse percentual tanto ações positivas empreendidas em reforço ao cumprimento da lei, quanto as falhas, a corrupção ou a inoperância do sistema legal.

Denotando a existência de práticas arbitrárias no modelo de policiamento na Grande Salvador, as matérias que abordam a violência policial foram tão freqüentes quanto aquelas que reportaram as violências interpessoais, ambas com 6,5% do conjunto das matérias veiculadas (Tabela 1).

Ao lado desses resultados, os linchamento ou atos tentativos foram mais noticiados (1,2%) do que os suicídios (0,5%), o que concorre para o delineamento do quadro peculiar de mortalidade violenta na Grande Salvador.

Ademais, casos de pessoas desaparecidas também são alvo de enquadramento nas situações de violência urbana das edições do jornal. Isso porque o de-

saparecimento de familiares, na maioria das vezes, não resulta de decisões próprias, mas sim, de atos criminosos ainda não esclarecidos por investigações policiais. Na amostra estudada 1,2% das matérias tinham como objetivo alertar a opinião pública para os desaparecidos.

Em cumprimento a determinações das empresas de jornalismo que atendem ao chamado “direito de resposta”, 1,3% ou 48 textos publicados foram objeto de reclamação ou contestação pelo público.

Um maior detalhamento do teor das matérias relativas à delinqüência nos fez perceber que o foco do jornalismo policial eram as ocorrências mais violentas, que envolviam assassinatos e assaltos à mão armada, ao passo que as agressões, atos mais freqüentes nas estatísticas policiais, ocupavam um percentual inferior a 1% sobre o total de textos (Tabela 2).

**Tabela 2**  
**Violência da Delinqüência – freqüência e proporção**  
**por dias da amostra e unidades de texto**

<b>Modalidade</b>	<b>Nº de dias</b>	<b>% sobre dias da amostra</b>	<b>Nº unidades de texto</b>	<b>% sobre o total de unidades de texto</b>
Homicídio	55	89%	463	13%
Assalto	51	82%	467	13%
Roubo	36	58%	207	5,8%
Estupro	16	26%	55	1,5%
Vingança entre “bandidos”	10	16%	31	0,9%
Seqüestro	25	40%	75	2,1%
Fuga, motins em presídio	15	24%	70	2%
Agressões	2	3,2%	8	0,2%
Tráfico de drogas	33	53%	175	4,9%
Outras	27	44%	123	3,5%

Existem distorções sistemáticas na notícia do crime através da mídia e dos registros nas delegacias. Desse modo, as comparações são consistentes na conformação de dois padrões diferentes. O quadro obtido pela observação de uma fonte e outra produz uma inversão nos resultados, porque os crimes violentos constituem 70% do que os meios de divulgação veiculam, ao passo que estes correspondem a 20% das estatísticas de criminalidade (Ericson, 1987). Assim, a percepção do público sobre as oscilações dos crimes é moldada pelo aumento da cobertura dos crimes na mídia e não baseada em mudanças ocorridas nas taxas oficiais de crimes.

Na mídia impressa de Salvador o mesmo viés foi observado com uma divulgação mais intensa da violência praticada pelos delinqüentes e mais concentrada nos crimes violentos. Do total de matérias analisadas, 463 textos eram relativos a homicídios perpetrados por delinqüentes e outros 467 reportavam assaltos. Com isso constatamos ser alto o número de homicídios cometidos pelos delinqüentes e haver, simultaneamente, uma maior publicização dos mesmos. Em contraste, os roubos que são os crimes mais comuns nos registros oficiais, foi o menos relatado pela cobertura do jornal, correspondendo a 5,8% dos textos (Tabela 2).

Dentre as modalidades de crimes compreendidos como “assalto” em nossas páginas de polícia, estiveram mais em evidência os ataques armados aos transportes coletivos e à rede de estabelecimentos bancários, inclusive os carros blindados que transportam valores de uma agência a outra. Nessa cobertura, dois tipos diferenciados de criminalidade foram o foco da cena pública, uma poderia ser chamada de “criminalidade dos pobres”, a outra faz parte do “crime organizado”.

O crime de seqüestro, alinhado ao conjunto de ações do “crime organizado”, embora não sendo dos mais freqüentes em Salvador, desperta muito interesse dos profissionais da mídia. Isso porque a maior parte das matérias narrando delitos dessa natureza tinham ocorrido no eixo Rio-São Paulo. Ou seja, com relação ao seqüestro o jornal utiliza mais o recurso da cópia de matérias já publicadas em outros meios de comunicação.

Mais expressivos que outras modalidades de crimes foram as notícias relativas às “fugas e motins em presídios”, com 2% das matérias e uma freqüência de 24% dos dias que compõem a amostra. Esse segmento da cobertura midiática suplantou o percentual noticiado de crimes de estupro (1,5%) e de atos violentos que expressam represálias entre delinqüentes (0,9%) (Tabela 2).

Comparando os delitos relacionados ao tráfico de drogas na cobertura jornalística e nas estatísticas criminais, o jornal noticiou mais esses crimes (4,9%) do que as delegacias de polícia os notificaram (2%).

As violências, em suas diferentes manifestações, fazem parte da experiência diária das pessoas. Em especial a violência proveniente da delinquência parece ter amplas repercussões nas formas do convívio social, reforçando as justificativas para a ação repressiva que se abate sobre aqueles que praticam violência.

### ***A guerra contra o crime***

Nas narrativas da imprensa, a metáfora da guerra é utilizada largamente para descrever as ações dos “bandidos” contra cidadãos. Isso permite delinear um mundo social composto por oponentes. Em tese o mundo do crime se estrutura pela existência de contrários, formando uma dualidade na qual um dos lados é considerado moralmente bom e sadio, enquanto o outro representa o mal, a perversão e o perigo.

O tom dramático para a descrição de situações extremadas, em que assaltos e mortes se mesclam, conduzem o público do jornalismo policial a uma sensação nítida de que estamos vivendo uma era de barbáries, em que o exercício da sobrevivência se torna cada dia mais difícil (Villar, 1998).

Tais situações violentas foram analisadas por Scheper-Hugues (1996) com a denominação de “pequenas guerras”, cujas conseqüências drásticas são um excesso de mortes de jovens ao qual a autora chama de “genocídio invisível”.

Parece existir uma interpretação padrão em que a violência nunca parte do mundo do narrador, ou seja, a violência é sempre uma característica do outro. Especialmente para Salvador, funciona o caso exemplar da violência do Rio de Janeiro e São Paulo, pólos extremos de comparação.

Em artigos e textos produzidos pela mídia, há uma questão básica de fundo a ser respondida: somos ou não uma sociedade violenta?

Respondendo em parte a essa questão, o editorial “*População ameaçada*” se reporta, primeiro, aos freqüentes assaltos aos coletivos e às restrições que isso oferece às atividades econômicas. Depois, tece comentários aos riscos de morte violenta nos estabelecimentos bancários, às ameaças aos estudantes nos termi-

nais de transportes urbanos e aos motoristas nos sinais de trânsito. O autor conclui de forma pessimista:

Revela-se, assim, a face de uma cidade desumana e violenta, onde os cidadãos ficam presos atrás das grades de suas residências e os bandidos em liberdade a tomam de assalto, impedindo, até mesmo, que a população faça uso do direito de ir e vir (População ameaçada, 1996).

A imagem do aprisionamento da população alude, imediatamente, para a subversão que o uso da violência provoca. A violência é subversiva e repulsiva em muitos sentidos, daí a dificuldade de se encontrar autoria para os violentos. A metáfora das grades é algo forte e recorrente, uma vez que a sociedade pune, colocando atrás destas, aqueles que violaram as regras e códigos de convivência. O adjetivo desumano também qualifica a violência, tornando-a o oposto do modo de agir civilizado. Salvador assume, então, uma conotação de cidade sem humanidade, o que em si mesmo é um paradoxo.

Tais interpretações deixam, explícita ou implicitamente, amplas margens para críticas às agências sociais voltadas para o controle do caos provocado pelas diversas modalidades de delitos.

Em meio aos relatos de atuações dos delinqüentes, tanto espetaculares quanto desprovidas de sentido, o imaginário da vitimização é alimentado quotidianamente. Cada um dos leitores se sente vulnerável ou teme pelos seus familiares ao sair para determinados locais, em certos horários do dia, ou mesmo, por permanecer em casa sozinhos. Tais sensações subjetivas de estar acuado e sem defesa, em muitas circunstâncias que oferecem riscos à integridade física e aos bens, podem levar os indivíduos a disposições internas de desconfiança e de isolamento. Evitar contatos com pessoas que não lhes inspirem credibilidade passa a ser algo habitual. Fantasia e realidade podem se confundir, criando uma dimensão de paranóia frente aos “bandidos” (Freire Costa, 1993).

Em algumas raras circunstâncias os jornalistas noticiam as reações de populares que eles denominavam como “revolta”. São casos de mortes executadas à sangue-frio, envolvendo vítimas inocentes e “bandidos cruéis”. Com muito pouco espaço, uma ou outra notícia faz referência a alguma reação outra do público local, diferente do fechamento no silêncio e medo.

Poderíamos nos indagar quais os significados mais gerais dessas revoltas. Estaria isso a indicar que as pessoas diante da morte “injusta” se ressentem da falta de alternativas para um cotidiano violento e difícil de ser alterado? Ou as atitudes e atos de revolta se justificam porque, nesses momentos críticos e disruptivos da vida cotidiana, a população se dá conta de que as agências de controle não conseguem assegurar a segurança? Ou estaria ainda a indicar que os indivíduos estão decididos a se defender por conta própria, não mais se conformando com soluções mediadas?

Em Salvador, apesar da proporção assumida em todos os sentidos, não há respostas políticas superadoras por parte das autoridades. Deste modo, o sofrimento social ocasionado pelas mortes prematuras cai no vazio de ações políticas, deixando seqüelas ao nível da convivência e mais desesperança na população.

### ***A criminalidade de rua no noticiário***

A matéria típica relativa aos assaltos descreve a ação dos “marginais” ou bandidos pobres, os valores roubados, e acrescenta sempre alguma indicação sobre a freqüência daqueles fatos em determinado espaço de tempo, que pode ser contabilizado em horas, dias, meses ou anos. O tom de alarme do jornalista que narra os fatos para o seu público aparece primeiro nesse momento em que ele deseja dar uma idéia do quantitativo de crimes por fração de tempo (dias, meses, anos).

As imagens midiáticas da violência focalizam, sobretudo, os “bandidos”, criam tipos e estereótipos acerca dos mesmos. No entanto, tal situação deixa encoberto que a violência do delinqüente constitui apenas uma das formas de violência. Existem agressões e homicídios entre conhecidos e parentes íntimos, e destes, inclusive, provém o maior estoque de violências nas sociedades ocidentais. Nos EEUU, SHORT (1997) encontrou uma proporção de cinco crimes entre pessoas conhecidas para um desferido por delinqüentes.

Assim, embora haja um maior número de crimes entre pessoas da mesma origem social, envolvendo situações aparentemente tolas que são arroladas como “motivos fúteis”, são os crimes dos delinqüentes que alimentam o imaginário social. Isso porque a violência do “bandido” construída através de narrativas coletivas, nas quais a mídia participa eficientemente, reúne todos os signos da maldade. As pessoas temem serem executadas por delinqüentes, e nunca fazem cálculos

acerca dos riscos que correm ao se envolver em desavenças entre conhecidos, parentes, parceiros íntimos, na vizinhança, no trânsito, nos bares, estádios etc.

Sabemos que é necessário criar uma face para a violência, o que vamos encontrar também na origem da criminologia com as formulações de Lombroso. A popularidade dessa teoria residiu justamente na focalização de tipos humanos inferiorizados (pela aparência física, inclusive) identificáveis como delinquentes natos a partir do fenótipo.

Desacreditada a imediata identificação do criminoso pelo seu tipo físico, no campo científico, participamos de processos comunicativos e simbólicos em que os indivíduos pobres são rotulados como infratores ou potenciais transgressores, catalogados como os freqüentadores *habituais* dos cárceres.

Nessa mesma linha, os bairros pobres, dos afro-descendentes, são vistos de fora como um meio fértil para a proliferação de tipos humanos desprezíveis. Personagens para os quais a sociedade parece traçar um *script* prévio, do qual participam também legisladores de códigos de conduta e os responsáveis pela aplicação dos mesmos (Cray, 1972; Lee, 1981).

Analisando as matérias da imprensa de Salvador pudemos apreender o jogo de elaboração e compartilhamento de estereótipos acerca dos “bandidos”. Saber quem são os “marginais” das páginas policiais não requer maior recurso investigativo para identificá-los entre as camadas pobres e afro-mestiças. Eles são basicamente os habitantes das áreas periféricas ou das “invasões” que marcam a nossa paisagem urbana.

Como uma boa matéria policial traz sempre a alcunha dos delinquentes, referência fundamental para a identificação no mundo do crime, a cor das vítimas pode fazer parte do “nome de guerra”. São exemplos disso: “Negão”, “Hélio Preto”, “Nego Edilson”, “Nego Lola”, “Nego Tim”, “Negrinho”, “Nego Num”, “Nego Juarez” etc. (Noronha et al, 1993).

O encontro de “bandidos” sem expressão social e de vítimas provenientes das classes subalternas resulta numa série de matérias curtas, nas quais se pode concluir que o desprestígio da morte, acompanha o desprestígio em vida.

Os “bandidos” são representados como seres bestiais, movidos por drogas, álcool e motivos torpes. Zaluar (1997) vem reiterando que o medo ao crime no Brasil urbano, se transformou num pavor irracional e propiciou uma volta da dicotomia radical entre o bem e o mal nos grupos sociais, demarcando espaços e

peessoas. A mesma autora chega a nos falar em um medo radical presente nas relações intersubjetivas. Os “bandidos” são vistos como a fonte de todo o mal. Os crimes reais se mesclam a outras narrativas, vistas ou ouvidas através dos mídias e de conversas informais. Isso tudo concorre para identificar os criminosos com o próprio demônio.

Na reconstrução da carreira dos delinqüentes através da mídia, o crime de homicídio raramente constitui a única violação à lei cometida pelo “bandido”. No geral, existem outras incursões, mais ou menos graves, que fazem parte do currículo. Somos levados a esperar que se o delinqüente é acusado de um homicídio, pode ser que confesse outros mais. O homicídio pode ser motivado pela necessidade de obter drogas, objetos ou dinheiro. Se existem mulheres junto às vítimas masculinas visadas, muitos desses ataques podem resultar também em estupro.

Esses dados gerais nos levaram a atentar para os diferentes delitos cometidos por indivíduos pertencentes a grupos sociais diferenciados. A crônica policial da Grande Salvador é pródiga em pequenos e grandes acontecimentos do mundo do crime. Os assaltantes pobres realizam pequenos lances auferindo pequenas quantias, com alto risco de serem capturados ou mortos (Paes Machado e Tapparrelli, 1996). Eles parecem praticar uma espécie de “crime de sobrevivência”, em nítido contraste com a criminalidade praticada pelos “ricos e remediados”, narrada nos jornais como atos cinematográficos pela sofisticação das ações e fugas planejadas.

Em termos de armamentos, inclusive, os “bandidos” são descritos nos textos midiáticos como mais eficazes a cada dia. Eles se apropriam de novas tecnologias do crime, através do roubo de armas de fogo. armas e camuflagens como coletes da polícia, roupas do Exército, capuzes ou outros disfarces para serem bem-sucedidos nas suas investidas.

De qualquer ângulo que procuremos ver a questão da comunicação de massa e das representações dos fenômenos violentos, parece ser forte o impacto dos meios comunicativos na atualização de conteúdos simbólicos que alimentam um imaginário social, no qual os pobres, não-brancos, aparecem com maior frequência associados às práticas delituosas.

## ***A construção midiática das mortes violentas***

Pela cobertura proporcionada aos atos violentos, os meios de comunicação contribuem com a elaboração de narrativas sobre as violências do cotidiano, conferindo visibilidade aos homicídios e interpretando tais fatos (Rondelli, 1998).

Na Grande Salvador a maior parte das matérias sobre homicídio foi publicada de modo impreciso. Faltavam informações para o leitor entender quem é o agressor, qual a identidade da vítima, qual o tipo de relacionamento entre ambos, o contexto do encontro fatal era praticamente inexistente, a motivação do crime etc. Essa imprecisão é produto, por um lado, da pressão de tempo para noticiar algo ainda não investigado, pelo escasso número de linhas em que o ato violento era retratado. Por outro lado, a imprecisão remete para o modo de atuação dos autores dos homicídios, operando duplamente para silenciar suas vítimas. Assim, após o assassinato joga-se o corpo da vítima em rios ou lagoas, coloca-se fogo no cadáver para simular acidente, oculta-se o corpo enterrando-o ou jogando-o em locais distantes e desertos para que a pessoa seja vista no rol dos desaparecidos. Com isso, o trabalho investigativo que deverá levar à punição dos culpados se torna moroso e menos provável.

Constatamos a onipresença da figura do “desconhecido”, abrindo uma série de dubiedades em que não sabemos se o agressor é desconhecido da vítima, das pessoas que testemunharam o fato, dos policiais ou do jornalista que reporta a ação. A depender das circunstâncias dos crimes o termo é aplicado às vítimas. São casos em que se encontra o cadáver em “estado de decomposição”, em “estado de gigantismo”, sem documentos. Nessas circunstâncias, a descrição do fenótipo racial da vítima, ausente na maior parte das matérias, se torna um elemento presente, visando fornecer pistas para que o público ajude na identificação do morto.

Os levantamentos cadavéricos, realizados pela polícia, na cobertura do jornal representam situações típicas em que há uma descrição da compleição física das vítimas. Nesses casos se publica o sexo, cor, idade presumida, peso, altura e vestimenta, um recurso habitual para dar pistas da identidade da vítima.

Tal forma de noticiar as mortes aumenta o sentimento de perplexidade e risco da audiência. Nessas circunstâncias, a violência parece brotar do nada ou espreitar cada um, ao cruzar uma esquina da cidade.

Para além desses contextos, a expressão “guerra” também foi empregada nas narrativas de desavenças e conflitos entre “bandidos”, seja por disputas dos

pontos de venda de drogas, partilha de produtos do roubo ou pelo vazamento de informações, que colocavam em perigo os membros de uma gangue.

São múltiplas as formas como violência e pobreza aparecem vinculadas na mídia impressa. Uma série de fatos grotescos, em que a maioria dos personagens implicados eram pobres, fizeram parte da “escalada da violência” na Grande Salvador. São fatos protagonizados por pessoas comuns que se encontram no território do ‘Zé Ninguém’, um dia são noticiadas como algozes, em outro momento podem ser vítimas, enredadas como se encontram em intermináveis “acertos de contas”. Algumas são mortes antecedidas de ameaças, outras envolvem matadores de aluguel em busca de alguns trocados.

Exemplo disso são as disputas letais entre os próprios “bandidos”, que assumem a coloração de vingança, desavenças na partilha dos objetos roubados, ou a necessidade de silenciamento sobre informações que não podem vaziar para a polícia.

O assaltante Ivan Bispo dos Santos Filho, 20 anos, o “Boneco”, com várias entradas em delegacias de bairro e na de Repressão a Roubos, foi assassinado terça-feira à noite, depois das 22 horas, na subida de Coutos, área da Suburbana, com quatro tiros na cabeça. A notícia do crime só chegou à 5ª Delegacia, em Periperi, três horas depois, quando foi solicitada a perícia, pelo delegado Celenei Pinto. O agente Francisco Xavier, de plantão, também esteve no local, mas não conseguiu pistas importantes para chegar aos assassinos. “Boneco” foi surpreendido pelos assassinos quando subia em direção a Coutos, na localidade conhecida como “Ticket da Brahma”. Ele não reagiu e foi sumariamente alvejado pelos criminosos, morrendo no local. Moradores da área informaram depois que somente ouviram os disparos e ficaram com medo de ir ver o que estava acontecendo. São inúmeras as hipóteses sobre o assassinato de “Boneco”. Envolvido com assaltantes e traficantes, ele pode ter sido vítima de queima-de-arquivo ou então eliminado por ter praticado alguma “quebrança”, o que é muito comum entre os bandidos. Para os agentes da 5ª Delegacia, a “quebrança” na divisão de algum roubo é a mais certa e por isso as investigações caminham nessa direção (Marginal morto durante uma partilha de furto, 1996).

O repórter procura dar ao leitor o quadro mais completo do homicídio. A vítima é identificada como um jovem assaltante, seu currículo rapidamente apresentado, diz que ela é reincidente no crime. As circunstâncias são todas adversas para a vítima, ela estava sozinha, andava a pé, em horário noturno e foi surpreendida por mais de um agressor. A vítima não reagiu e morreu no local. Os moradores amedrontados ouviram os quatro tiros, mas não se envolveram. A polícia chegou a saber horas depois. Um agente policial se deslocou com atraso até o local, sem encontrar pistas dos assassinos. Reunindo esses dados, o repórter já anuncia um provável desfecho para esse crime. Um desfecho idêntico ao dos outros 20 assassinatos de “marginais” ocorridos na mesma área, em que nenhum dos responsáveis pelas mortes foi detido.

É bom lembrar que de todos os crimes de morte - mais de 20 ocorridos na área da Suburbana, vitimando marginais, somente este ano - nenhum deles foi esclarecido com a prisão e identificação dos criminosos (Marginal morto durante uma partilha de furto, 1996).

Em outra área pobre de Salvador, os mesmos atos violentos se repetem. Na matéria abaixo, a condição de vítima e agressor surge quase simultaneamente. A vítima gravemente ferida era também jovem, pobre, assaltante e autor de delitos - o atentado contra a vida de um médico e o homicídio de um dos seus parceiros. As diligências policiais anunciadas se referem não à apuração do ferimento de “Carlinhos Chapista”, mas dos seus crimes, que podem ser ainda ampliados em números. Sua condição de assaltante de ônibus é referida, mas não se explicita quem foram o(s) seu(s) agressor(es).

Com cinco perfurações a bala pelo corpo, está internado, sob custódia, no Hospital Geral do Estado, Carlos Alberto da Silva, o “Carlinhos Chapista” que foi ferido na Chapada do Rio Vermelho, na manhã de quinta-feira última, minutos depois de ter assaltado um ônibus, em companhia de outro delinqüente. O assaltante é suspeito de ter atirado contra um médico há um mês, no bairro da Pituba. A vítima foi atingida na boca e continua se recuperando do grave ferimento. Ontem, na 7ª Delegacia, os agentes informaram que “Carlinhos Chapista”, é autor de vários crimes. Ele também é acusado de ter matado o parceiro conhecido por “Batata” (foto), que era fichado na 7ª Delegacia. Os policiais estão desenvolvendo uma série de diligências, visando lo-

calizar novas vítimas do marginal. Atingido na cabeça, braço, região lombar e nas costas “Carlinhos Chapista” chegou desacordado ao HGE, permanecendo em estado grave (Bandido eliminado por parceiro, 1996).

Casos assim se multiplicam no noticiário dando mesmo a impressão de várias “guerras” simultâneas, em diferentes pontos do território urbano, onde existem bolsões de pobreza.

Um desses locais marcados pela violência e condição de pauperização dos habitantes é o bairro do Beirú, cuja denominação oficial é Tancredo Neves. Em um só ajuste de contas, dois jovens foram assassinados pelos parceiros de uma gangue acusada de realizar mais de 50 ações violentas no bairro.

Menos de 12 horas do primeiro assassinato, a violência voltou a aterrorizar novamente Tancredo Neves. Na Rua Natal, às 10 da manhã, bandidos da quadrilha “Cara de Lua”, num ajuste de contas, executaram 2 comparsas com mais de 5 tiros cada um. O primeiro foi Oucimar Bispo Teles, 19 anos, conhecido como “Cabeção”, que morava na Rua Piauí, perto da 11ª DP. Com tiros espalhados na cabeça - , o marginal morreu no Hospital Roberto Santos, 15 minutos depois de ser levado para a emergência. No local morreu Jucinário Carvalho dos Santos, o “Catatau”, de 18 anos. Este teve os olhos vazados a tiros. Os dois eram integrantes da quadrilha “Cara de Lua” e participaram de mais de 50 assaltos na região (SEIS pessoas assassinadas só em Salvador, 1996).

Os ataques nessa “guerra” são desferidos de modo a não deixar sobreviventes. Mesmo quando o socorro chega a tempo, não consegue salvar as vítimas. O excesso de violência ou de realismo da narrativa fica evidente na descrição macabra de que a vítima teve os olhos vazados a tiros. Não há, por outro lado, comentários quanto a idade dos envolvidos, ambos adolescentes e já arrolados entre aqueles que atemorizavam o bairro de Tancredo Neves.

Considerando qualquer idade, os crimes cometidos contra indivíduos ricos, obtêm mais destaque nos jornais. Eles na condição de vítimas são lamentados, parecem fazer falta à continuidade social, deixam familiares, são apresentados ao público como seres humanos. Os espaços dedicados ao fato e a seqüência de outras matérias são os maiores indicadores da importância do morto. Por sua

vez, os “bandidos” pobres que conseguem essa mesma notoriedade na mídia são aqueles que se destacaram por feitos criminais maiores e, em geral, também morrem em circunstâncias fora do comum, deixando fama e reputação como liderança no crime.

Contudo, em quaisquer circunstâncias a violência do “bandido” infunde temor, um temor que perdura além das suas ações rápidas e brutais e que extrapola mesmo os protagonistas, gerando a imposição da “lei do silêncio”. Muitas matérias reportam a quase impossibilidade do trabalho investigativo da polícia contar com testemunhas sobre os fatos que foram vistos ou ouvidos. Isso concorre ainda mais para tornar os atos violentos noticiados muito imprecisos, pois ninguém viu ou ouviu coisa alguma. E mais explicitamente, muitas testemunhas eximem-se da condição de ter presenciado, involuntariamente, algo comprometedor em nome da sua própria segurança. Neste mundo de silêncios impostos, o recurso para superar essa dificuldade vem através das tecnologias mais avançadas de investigação ou da linha telefônica colocada à disposição para denúncias anônimas em que se publiciza fatos sem conseguir com isso aumentar a eficácia das agências.

Em resumidas contas, essas narrativas sucintas expressam o pouco valor atribuído à vida humana, tornando aceitável as intervenções policiais que também atentam contra esta.

### ***Álibis para a brutalidade policial***

Para os confrontos envolvendo policiais e delinquentes encontramos a metáfora da guerra, o que pode ser adequado para descrever as atitudes e o treinamento dos corpos policiais, compreendendo seu adestramento para agir mediante cálculos, planos e estratégias em função dos alvos a serem atingidos (Linhares e Paes Machado, 2001).

O fato é que as mortes violentas de indivíduos rotulados como “ marginais” constituem um evento banal em nossa cidade, seja pela ação rotineira das polícias ou de grupos para-militares. Do total de 555 homicídios ocorridos em 1991, 117 se deviam às ações policiais, ou seja, uma proporção tão alta de mortes (21%) sugere mesmo uma prática de extinção de delinquentes (CEDEC, 1997).

Através da imprensa observamos a prática sistemática de eliminação física de delinquentes como parte do sistema de controle da ordem pública. Contu-

do, os “bandidos” que são punidos com o não direito à vida têm uma origem de classe humilde, pois indivíduos oriundos de posições sociais de prestígio que cometem crimes não serão objeto de intervenções “saneadoras” tão drásticas. Estes últimos serão poupados pelo salvo-conduto da classe, mas os ‘marginais’, pobres e negros sobretudo, estarão na mira. Eles têm a infelicidade de serem oriundos de uma população excedente em relação ao mercado de trabalho. Sem trabalho e sem esperança de emprego, eles serão sempre vistos como perigosos.

Destituídos de voz, seu drama social é silenciado na esfera pública, no máximo sendo merecedores de alguns momentos na mídia, quando se noticia a sua morte. Além de tudo isso, na ideologia da guerra contra o crime, reproduzida e endossada pela imprensa, os “marginais” são parte de um contingente populacional considerado irrecuperável pelo senso comum, portanto, sem salvação.

### **Conclusão**

O noticiário sobre o crime na mídia produz ou induz ao medo e isso se conecta com a forma dramática com que a matéria é elaborada. Esse medo pode conduzir ao aumento da desconfiança nas relações intersubjetivas, crescimento da distância social e apoio a práticas de justiça informal ou de eliminação física de suspeitos.

Muitos fragmentos do discurso social acerca do crime, elaborado pela mídia, se caracterizam pelo autoritarismo e uma visão moralista que condena de antemão aqueles que cometeram delitos. Com relação às conotações morais desse discurso, a imprensa na sua produção de “verdades” também entra no coro de apontar as falhas e aprofundar, junto aos cidadãos, a crise de credibilidade das agências de controle.

Embora a imprensa faça críticas ao sistema de justiça penal, tribunais, polícia e prisões, como meio de demonstrar independência, ela opera como uma caixa de ressonância do modo de pensar e agir dos policiais, não sendo estranho que o ódio aos “bandidos” seja também aí elaborado e, eficazmente, difundido.

Compreendemos que essa produção discursiva da imprensa faz parte do problema investigado -a construção dos pobres como agressores e “bandidos”-, influenciando no tratamento dado aos delinquentes na Grande Salvador.

As páginas policiais contêm noções particularmente sensíveis ao pensamento do senso comum com relação à delinquência. Esse material publicado resulta dos vínculos estabelecidos no trabalho dos jornalistas junto às suas fontes de informações policiais. No cotidiano ambos os lados vão construindo relações de amizade, cumplicidade, confiança ou outros sentimentos que são alicerçados por contatos rotineiros e interessados.

As interfaces destes dois modos de recontar a ‘realidade do crime’, conviver com os delinquentes, olhá-los face a face e catalogá-los como a escória humana são múltiplas e complexas. Por vezes, o jornalista “conspira” contra seus colaboradores policiais pondo a descoberto fatos que desagradam ou contrariam os interesses destes, mas há entre eles acordos tácitos que são mantidos porque facilitam a vida profissional.

Neste sentido, identificamos o ódio aos transgressores como um forte elo relacional entre os atores do campo jornalístico e os agentes de combate ao crime. Este ódio, continuamente e incessantemente cultivado, constitui uma dimensão crucial do discurso sobre o crime na Bahia -crime e delinquência aí fundidos de modo irreparável- que o jornal propaga velozmente com palavras e imagens.

A recepção disso junto às camadas sociais não é, e nem poderia ser inócua, auxiliando diretamente as estratégias de dominação (Pegoraro, 1999).

Como já foi colocado, as relações de classe não só afetam as probabilidades de ocorrência de determinados tipos de comportamentos criminosos, como também atuam na definição do que é passível de ser criminalizado (Quinney, 1970). Dado que as sociedades se organizam em torno do trabalho e do consumo, a junção de altas taxas de desemprego e desigualdades acentuadas no acesso a bens e serviços, criam expectativas sociais de que o maior número de crimes seja praticado por pessoas pobres e discriminadas.

Por conseguinte, o cultivo do ódio ao delinqüente é de fundamental importância para que se imponha algum nível de controle de cima para baixo, em uma sociedade hierarquizada e pouco afeita aos princípios democráticos. A mídia não só aceita as arbitrariedades dos policiais como faz sua produção de textos convergir com as expectativas sociais de aplicação da justiça informal seja por parte da polícia, seja por justiceiros ou esquadrões da morte.

### **Referências Bibliográficas**

- BRASIL (1997) **Indicadores e dados básicos**. Ministério da Saúde, Brasília.
- CHAMPAGNE, P. (1998) **Formar a opinião: O novo jogo político**. Petrópolis: Vozes.
- CRAY, E. (1972) **The enemy in the streets**. New York: Anchor.
- CEDEC. **Mapa de risco da violência da cidade de Salvador**. São Paulo: CEDEC, 1997.
- ERICSON, R.V.; BARANEK, P.M.; CHAN, J.B.L. (1987) **Visualizing Deviance**. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press.
- FREIRE-COSTA, J. (1993) O medo social. In: **Veja 25 anos: Reflexões sobre o futuro**. São Paulo: Abril.
- HOWITT, D. (1998) **Crime, the Media and the Law**. New York: John Wiley & Sons.
- JORNAL A TARDE. Marginal morto durante uma partilha de furto, 11 de abr. de 1996.
- JORNAL A TARDE. Seis pessoas assassinadas só em Salvador. 1º de jun. de 1996.
- JORNAL A TARDE. População ameaçada. 14 de set. de 1996.
- JORNAL A TARDE. Bandido eliminado por parceiro. 14 de out. de 1996.
- LEE, J. A. (1981) Some structural aspects of Police deviance in relations with minority group. In: SHEARING, C. (ed.). **Organizational Police Deviance**. Toronto: Butterworths.
- LINHARES, C. PAES MACHADO, E. (2001) Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, v. 3, n. 5.
- NORONHA, C. V., DALTRO, M. E., MENDES, C. M. C. (1993) Violência e mortalidade na Bahia: o perfil das vítimas e tendências recentes. **Informe Epidemiológico do SUS**, n.2.
- NORONHA, C.V., PAES MACHADO, E. TAPPARELLI, G. et al. (1997) **Projeto atitudes e normas culturais frente a violência em cidades selecionadas da região das Américas**. Salvador: OPAS, UFBA, UNEB.
- PAES MACHADO, E.; TAPPARELLI, G. (1996) Violência juvenil, infração e morte nas quadrilhas de Salvador. **Caderno do Ceas**, n. 165, p. 63-81.
- PEGORARO, J.S. (2001) Inseguridad y violencia en el marco del control social. **Espacio Abierto**, Vol. 10, No. 3, pp. 349-372.
- PNAD (1988) **Participação político social: justiça e vitimização**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1.

- QSR. **NUD\**Ist.4: User Guide***. 2. ed., Australia: Sage Publications Software, 1997.
- QUINNEY, R. (1970) **The social reality of crime**. Boston: Little, Brown and Company.
- RONDELLI, E. (1998) Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social**, v. 10, n. 2.
- SCHEPER-HUGUES, N. (1996) Small wars and invisible genocides. **Social Sciences Medicine**, v. 43, n. 5.
- SERRA, A.A. (1980) **O desvio nosso de cada dia**: a representação do cotidiano num jornal popular. Rio de Janeiro: Achimé.
- SHORT JR, J.F. (1997) **Poverty, ethnicity and violent crime**. Boulder, Colorado: Westview Press.
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (SSP), Polícia Civil do Estado da Bahia. Centro de Estatísticas Policial e Criminal. **Dados Estatísticos**. Salvador, 1999.
- THOMPSON, J.B. (1998) **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes.
- VILLAR, F.B. (1998) El drama del delito en los mass media. **Delito y Sociedad-Revista de Ciencias Sociales**, v.7, n. 11/12.
- ZALUAR, A. (1997) O crime e a não-cidadania: os males do Brasil. In: BIRMAN, P.; NOVAES, R.; CRESPO, S. (Orgs.) **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, p. 109-134.